



ATA n.º 023/2015

Ata da terceira Sessão Extraordinária do exercício realizada no dia dezoito de junho de dois mil e quinze no horário regimental, convocada pela Mesa Diretora para votação em primeiro turno dos projetos de leis 015 ao 018/2015, e 020 ao 022/2015, do executivo, e número 06/2015 do Legislativo. Iniciada a **ORDEM DO DIA** com os Projetos de Leis n.º 015; 016; 017 e 018/2015, todos solicitando autorização para o executivo realizar subvenção social com as associações comunitárias rurais de São Domingos, Quarteirão dos Stresser, Rio Claro e Associação de Assentados da Reforma Agrária Roseli Nunes. Em discussão o Vereador Osvaldir explicou que a subvenção social é uma forma de fazer repasses para os agricultores sendo que esses agricultores devem estar organizados em alguma associação; que desde 2012 essa forma está sendo utilizada para que um percentual do ICMS Ecológico seja aplicado em ações diretas dentro das propriedades rurais, e no ano passado foram seis associações e neste ano serão mais quatro associações beneficiadas, com um valor que considera muito pequeno, de apenas R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) por associação, mas que de alguma forma isso está acontecendo. Em votação o projeto recebeu todos os votos favoráveis e foi declarado aprovado em primeiro turno. Em seguida o Projeto de Lei n.º 020/2015 propondo a concessão de reajuste salarial aos servidores municipais do quadro efetivo, comissionados e agentes políticos, no índice de 6,41%, a ser pago a partir do mês de junho. Iniciada a discussão o Vereador Osvaldir falou que esse projeto era polemico pois tratava de uma questão de muita importância que é a reposição da inflação, um direito dos servidores, do qual devem fazer uma análise da seguinte forma: o prefeito está adequando o salário dos servidores à situação de momento em que o município se encontra relacionado ao índice da folha quando o correto seria adequar o seu orçamento aquilo que é direito dos trabalhadores; que 6,41% refere-se a inflação do ano 2014 e que ouviram do prefeito que o mesmo irá fazer a revisão das perdas dos cinco primeiros meses para frente, se por acaso melhorar a receita do município. Comentou que os vereadores têm conhecimento de que a situação de repasses deve permanecer estável, e se o executivo não adequar as despesas é muito difícil que isso venha a ocorrer e provavelmente os servidores não receberão esse retroativo neste ano, sendo este o seu entendimento e o que pensa em relação a este projeto. O Vereador Gilnelson disse que estiveram em um encontro com o prefeito pois haviam combinado com os professores que iriam conversar com o mesmo sobre a situação da reposição e lá estiveram junto com o presidente Vereador Valdir e o Vereador Laureci, na quarta-feira dia dezessete de junho pela manhã, e ouviram do prefeito justamente o que está colocado na mensagem do projeto, de que iria ver o desempenho dos repasses até o final do ano para ver de que forma poderia fazer essa recomposição do retroativo que não está previsto no projeto de lei e depois disso, consciente de que essa seria a decisão final, foi conversar com alguns funcionários da área administrativa pois o projeto trata dos demais servidores tendo sido pedido a separação do projeto de reposição do magistério, e a maioria do pessoal entendeu que é melhor isso do que ficarem sem a reposição, para depois discutirem com o prefeito como ficará a



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

situação do retroativo, mas sem abrir mão de uma negociação futura, o que só será possível se o desempenho dos repasses daqui por diante tiver uma melhora. Novamente o Vereador Osvaldir falou que essa é a discussão e o que já vinham falando desde o final do ano quando a despesa com pessoal chegou próximo do limite, de que o prefeito tem que observar não o desempenho dos repasses e sim rever as despesas com pessoal para então adequar o índice, e se não esta fazendo isso é muito comum dizer que não irá pagar porque o governo federal não esta repassando recursos e não é isso o que esta acontecendo, o prefeito deve fazer a adequação das suas despesas para poder melhorar esse índice. O Vereador Gilnelson concordou com as colocações e disse que também é preciso que se estipule uma data base para que não se deixe para depois a questão das discussões salariais, independente da situação do município, o que daria uma oportunidade maior de sentarem com o gestor para discutir pois o fato de ficarem postergando essa situação faz acontecer o que está acontecendo agora. Falou que acontece uma situação dentro da administração pública de muita sazonalidade da receita e se não tiver uma data fixada para se chegar a um acordo, mesmo que essas reposições sejam feitas parceladas, todo ano acontecerá o impasse que esta acontecendo por isso é necessário que se busque uma organização e também se cobre das gestões que seja feito isso nas datas previstas, inclusive nessa reunião com o prefeito cobraram para que o mesmo envie para a Câmara até a próxima semana um projeto de lei fixando a data base e a partir daí tenham um parâmetro para as negociações. O Vereador Jorge disse que acha injusto com os trabalhadores que passam horas em seu trabalho não receberem o retroativo e se o prefeito não queria pagar o retroativo deveria ter aplicado a reposição já no início do ano para não causar todo esse transtorno, então a gestão deve se organizar para que não venha a acontecer esses fatos onde o trabalhador seja o mais prejudicado. A Vereadora Rita endossou que é fundamental que seja visto a questão da data base mais a questão do índice de despesas que esta no seu limite, e se propôs a também em conversar com o prefeito para terem datas para ser feita alguma coisa e as reposições irem acontecendo, e disse que como professora estaria junto para representar a categoria. Ao final da discussão o presidente lembrou que desde o início do ano vinham cobrando a reposição, que tiveram no dia anterior a conversa com o prefeito para que as coisas melhorassem, e que estavam discutindo o projeto dos servidores que não fazem parte do quadro do magistério mas não deixariam de ser vigilantes também ao projeto de lei de reposição do magistério municipal, e que não poderiam deixar de colocar esses projetos em votação para não prejudicar uma grande parcela dos servidores que esperam essa correção de 6,41%. Em votação o projeto recebeu cinco votos favoráveis e dois contrários sendo dos Vereadores Osvaldir Nunes Pereira e Jorge Ferreira de Almeida. O projeto de Lei n.º 021/2015 propondo abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 109.300,00 (cento e nove mil e trezentos reais), recebeu comentários do Vereador Gilnelson, como presidente da Comissão de Orçamento, de que estão sendo canceladas rubricas que não serão mais usadas neste exercício e o Vereador Osvaldir acrescentou que o cancelamento destas rubricas serão destinadas para manutenção do aluguel social das famílias desabrigadas. Em votação o projeto foi aprovado por unanimidade. Em



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

seguida, o Projeto de Lei n.º 022/2015 propondo a concessão de reajuste salarial aos servidores municipais do quadro do magistério, no índice de 6,41%, a ser pago partir do mês de junho. Em discussão o Vereador Osvaldir disse que o projeto do magistério era muito mais grave do que o dos servidores do quadro geral pois sabem que existe um Plano de Cargos do magistério e que pelo que estão vendo, se não for aplicado o índice linear dos 13,1% que é o índice de correção do piso nacional do magistério haverá um achatamento de salários dos professores; que esta bem claro na justificativa do prefeito que esta condicionando a revisão disso ao aumento das receitas para que se faça a adequação do índice de folha e até dizendo que o governo federal não esta repassando recursos para o município. Tinha em mãos os repasses do FUNDEB e fez uma comparação dos repasses com o primeiro quadrimestre de 2014 no valor de R\$ 1.228.000,00 (um milhão, duzentos e vinte e oito mil reais) e em 2015 R\$ 1.366.000,00 (um milhão, trezentos e sessenta e seis mil reais) ficando evidente que esta se referindo ao índice global mas os recursos para a educação estão sendo repassados em um percentual maior que nos anos anteriores questionando se haverá um sacrifício do magistério em função de outros setores do município, dizendo que não tem como concordarem com isso, o que é de direito e esta escrito na lei tem de ser cumprido e não podem abrir mão do cumprimento da lei. O Vereador Gilnelson também comentou o projeto dizendo que foi buscar um entendimento maior do Plano de Educação, do piso salarial e tudo o que cerca essa lei dizendo que concorda com a reivindicação dos professores e com a colocação do Vereador Osvaldir, mas a única coisa que pensa é que o país que está passando por uma fase que ninguém sabe como será o amanhã e a sua preocupação é que, se não sair essa reposição agora, se será possível conceder daqui a um ou dois meses, e assim se não sair nada agora daqui a trinta dias nem isso mais pode ser possível em função da economia do país pois ninguém sabe o que vai acontecer. Disse que toda reivindicação é válida e necessária e que a organização dos professores é bem maior do que os demais servidores do quadro administrativo, pois nem conseguiram organizar o seu sindicato, mas entende também que se forem analisar a situação que o país atravessa hoje e não aceitarem esse índice não tem nada que lhes garanta, mesmo que o prefeito coloque na lei que irá dar essa reposição, e muito embora a visão de que a despesa esta alta seja verdade é também verdade que não há segurança nenhuma do que vai acontecer daqui a três ou quatro meses, então a sua ponderação, respeitando a mobilização e o entendimento dos professores é que prefere estar com isso hoje do que sem nada amanhã, por isso gostaria de ver o desenrolar dessa situação mais a frente, e ainda disse que espera que o prefeito consiga após a assembléia dos professores chegar a um acordo com os mesmos mas ainda teme muito pelos próximos seis meses que tem pela frente. O Vereador Laureci também comentou o projeto dizendo que seria bom se pudessem dar tudo o que é direito dos servidores mas devem ser realistas, não adianta querer fazer média com as categorias e prometer uma coisa que pode não ser cumprida; que todos sabem que não é só esse município que vem passando por dificuldades, muitos outros do estado e do país também estão tendo muitos problemas e não há previsão de que a arrecadação venha a aumentar de forma que seja possível cumprir com tudo o



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

que é de direito, a intenção do executivo é dar esses índices mas na verdade não tem mais o que cortar e o que prefeito podia fazer para cortar gastos já fez, a equipe já esta reduzida e também precisa ter uma equipe de trabalho e chega a um ponto que fica difícil por isso não adianta se comprometerem, e assim chegaram a um acordo de que por enquanto agilizam essa votação dos 6,41% para garantir isso pois também não tem como garantirem que se não for dado agora esse índice ficará para uma nova oportunidade e que a intenção era também garantir que essa correção fosse paga ainda neste mês de junho. O Vereador Osvaldir falou que tem de fazer isso é o prefeito e a função dos vereadores analisarem o que é de direito e o que diz a lei, e se manifestar contrário ao que esta sendo proposto não é fazer média com categoria nenhuma e simplesmente analisar a situação do ponto de vista do que é legal, e não lhes cabe fazer contas e sim dizer se o município tem condições ou não. O Vereador Laureci disse entender a colocação do vereador e que não falou que esse vereador esta fazendo média pois nenhum vereador esta aqui para isso mas o que quis dizer é que devem ser realistas e tentou explicar o que ouviram do prefeito, que o índice que esta sendo dado é o que pode ser dado neste momento, e após o executivo irá verificar a possibilidade de dar mais, mas não está falando isso com certeza por isso não adianta votarem contrário nesse momento aos 6,41% e de repente a categoria ficar até sem isso, e o que o prefeito está propondo no momento é o reajuste que é possível dar. Na votação o projeto foi aprovado com quatro votos favoráveis e três contrários sendo dos Vereadores Jorge, Gilnelson e Osvaldir. Encerrando as votações constou o Projeto de Lei do Legislativo de número 06/2015 também propondo a correção nos salários dos servidores efetivos, comissionados e agentes políticos do legislativo municipal, no mesmo índice dos servidores municipais e também a ser pagos a partir do mês de junho de 2015. Na discussão apenas o Vereador Osvaldir expôs que a Câmara possuiu um quadro próprio de pessoal que também tem direito as revisões salariais nas mesmas datas e nos mesmos índices da revisão dos servidores do município, e foi aprovado com cinco votos favoráveis sendo contrários os Vereadores Jorge e Osvaldir. Nada mais havendo a ser votado o presidente registrou a ausência nesta sessão extraordinária do Vereador Sidnei Lopes e declarou a mesma encerrada convocando a próxima sessão ordinária para o dia vinte e dois de junho no horário regimental, ficando lavrada a presente ata que após lida e achada de conformidade segue assinada pelos vereadores presentes.